

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Jornal de Brasília

Class.:

147

Data

6 de maio de 1981

Pg.:

REIVINDICAÇÕES

Manaus — Reunidos em assembleia na localidade de Casa Nova — aldeia dos Jarawara, no Rio Purús, 18 tuxauas de diversas nações indígenas, incluindo Apurina, Katináua, Jarawara, Jamamadi, Kulina, Macuxi e Wapixana, aprovaram e encaminharam carta ao presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, onde pedem assistência médica, escolar e técnica; que a Funai deixe de proibir que os índios saiam de suas aldeias, para participarem das reuniões dos próprios parentes, e que, como órgão defensor dos índios e não opressor, cumpra com o dever de defender os índios e não prendê-los. Os Jarawara pedem a demarcação de suas terras dentro de um curto prazo para evitar atritos. Os Apurina se dizem cansados de esperar a questão da unificação de grupos com o afastamento de fazendas instaladas no território indígena. E estabelecem um prazo até setembro. "Se nada for solucionado — afirmam — os índios decidirão o que fazer e tudo o que acontecer, a Funai se responsabilizará". Fazem denúncias também sobre a exploração da mão-de-obra indígena.

DEFESA

A criação de uma comissão permanente de defesa das populações indígenas da Amazônia, com sede no Brasil, foi defendida ontem pelo diretor do Instituto Indigenista Interamericano, da OEA, Oscar Arze Quintanilla, que expôs, em Brasília, o assunto ao chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro e ao presidente da Fundação Nacional do Índio, coronel João Carlos Nobre da Veiga, que a receberam "com simpatia". A comissão seria criada no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, do qual participam o Brasil, Venezuela, Peru, Bolívia, Equador, Guiana e Suriname.

A proposta será apreciada em reunião a ser realizada pelo instituto, de 26 a 29 de julho, em Puyo, no Equador, e posteriormente será submetida formalmente aos governos dos países amazônicos.

Segundo Arze Quintanilla, é preciso que se busque uma política que, respeitada a forma de ação de cada país, possa promover o desenvolvimento dos indígenas como categoria histórico-social e "combater frontalmente a marginalização e todas suas sequelas que atormentam o indígena", conforme expressa o plano quinquenal de ação indigenista do instituto. Este plano também expressa a vontade política dos governos dos estados-membros da OEA, de oferecer "soluções aos problemas culturais, políticos, sociais e econômicos que afetam de forma negativa a vida e o progresso das coletividades nativas, limitando sua participação no processo geral de desenvolvimento".